

O Estado japonês e seus servidores

JOSÉ JOBIM

A burocracia tem raízes profundas no Japão. O funcionário, tanto o civil quanto o militar, ocupa lugar de realce na classificação social. Explica-se o fato pela circunstância de se encontrar o servidor público mais próximo do Estado, esse Estado que é representado pelo Imperador. A era do Shogunato foi essencialmente burocrático. Os dáimios e os samurais não eram no fundo senão funcionários que formavam uma casta à parte, colocada no alto. Valiam principalmente como guerreiros, posto que eram senhores feudais ou homens de armas desses senhores. A Restauração criou o militarismo à ocidental, separando assim o funcionário civil do militar. Conservou, porém, em ambos a antiga noção da responsabilidade, que poderíamos classificar de paternal, quando se trata de atender ao público, e filial com relação à necessidade de obedecer. Se todo japonês é obediente, avalia nos seus justos termos a disciplina, o funcionário, quer o civil, quer o militar, a pratica com uma severidade que não se conhece em parte alguma.

No Brasil, o Orçamento da Despesa encontra emprego principalmente no pagamento dos ordenados. A verba pessoal é enorme comparada com a de material. Deu-se, por isso, o caso de se poder citar repartições em que não havia verba para a compra de papel ou tinta. No Japão, é o inverso o que ocorre. O funcionário é mal pago. Tem ordenados inexplicáveis. Um adido ao Ministério do Exterior, quando em Tokyo, onde é obrigado a usar *frack*, casaca, cartola, ganha 80 *yen* mensais, ou 400\$0 em nossa moeda. E a vida em Tokyo não é mais barata ou mais cara do que no Rio. Esse mesmo adido, quando mandado para o estrangeiro, ganhará um mínimo de 4 contos de réis. Temos aí um indício da preocupação de atender

mênos ao funcionário do que ao país, pois se o diplomata japonês no estrangeiro não tiver recursos com que atender às necessidades de sua vida social estará prejudicando mais ao Japão do que a si mesmo. Um Embaixador japonês, ganha, no posto, cerca de 300 libras mensais. Quando servindo na Secretaria de Estado, seus vencimentos não irão além de 1:500\$0, importância com que se aposentará se for o caso. Recebe, porém, quando da aposentadoria, uma gratificação que pode atingir a 200 contos em nossa moeda.

Não ha no Japão funcionários sem concurso. Ultimamente, porém, tem se dado o caso de não haver candidatos às vagas que se apresentam. E' que o país está vivendo uma época de prosperidade industrial com os acontecimentos militares na China. As fábricas trabalham dia e noite, e o índice das atividades industriais cresce sempre. Todo o mundo sente que essa prosperidade é passageira. Mas todo o mundo trata de aproveitar-se dela. Sobem os salários, diminue o número de desempregados, novas fábricas se abrem e as antigas se transformam de modo a corresponder às necessidades do momento.

Os funcionários civis são divididos em quatro categorias, a saber: 1) *Classe de Shinnin*, de nomeados diretamente pelo Imperador; 2) *Classe de Chokunin*, de nomeados indiretamente pelo Imperador; 3) *Classe de Sonin*, de nomeação aprovada pelo Imperador; 4) *Classe de Hannin*, de nomeação dos Ministros. Os vencimentos médios anuais de um funcionário da Classe de Chokunin sobem a 5.000 *yen*, ou 25 contos. Das duas outras classes andam em 2.600 *yen* e 1.000 *yen*, respectivamente. Releva notar que da Classe de Shinnin fazem parte raríssimos funcionários, entre os quais os Embaixadores. Esses são equiparados aos Ministros de Estado e, quan-

do recebem a designação para um novo posto, fazem o mesmo que os titulares das pastas no Gabinete; dirigem-se ao Templo de Ize para venerar a Deusa Amaterasu que, segundo a história, foi a primeira habitante do Japão. Venerar essa Deusa em Ize, oficialmente, só é permitido, além do Imperador, aos Príncipes de Sangue ou aos Generais e Almirantes.

E' oportuno lembrar que um Ministro de Estado recebe de ordenado mensal o equivalente a 3:500\$. Ocorre, porém, que o Imperador os presenteia no fim do ano com um cheque. E' a tradição da gratificação, observada até hoje em todo o país. Mesmo o patrão particular a cultiva. Essa gratificação, dada em geral em março, que é quando termina o ano orçamentário, equivale geralmente a três ou quatro meses integrais de ordenado.

A exemplo dos funcionários civis, os militares são mal pagos. Os navios de guerra nipônicos possuem acomodações acanhadas para o pessoal, se as compararmos com as de um inglês ou norte americano. Em compensação, o espaço economizado é utilizado para dar maior eficiência na parte propriamente bélica. Partem do critério de que é preferível o oficial suportar uma cama estreita e lavar-se nos banhei-

ros comuns a, na hora H, o barco se apresentar com um *handicapp*. Esse critério domina as relações do Estado com os seus servidores. O Ministério do Exterior — o famoso Gaimusho cuja eficiência ninguém contesta — está instalado numas barracas de madeira onde muitas vezes chove através as goteiras numerosas. Os funcionários fazem suas refeições, segundo as exigências do serviço, nas próprias secções. Mandam vir a comida de um restaurante da esquina — peixe e arroz com chá. Fumam cigarros baratos, desses que lembram tudo menos o tabaco.

Sucedem, porém, que o Gaimusho possui um aparelhamento de correios que nada fica a dever ao dos maiores países do mundo. A *valise* de Tokyo para Moscou, ou vice-versa, nunca seguiu nem seguirá pelo correio comum. Vai sempre com um portador. Os funcionários diplomáticos e consulares dispõem de verbas fabulosas para telegramas, e podem utilizar à vontade o telefone internacional. Esses funcionários sofrem o peso de grandes responsabilidades. Quando, em Tokyo, julgam que algo ocorreu de prejudicial ao Império por um descuido evitável, são eles punidos com a aposentadoria quando não com a demissão. E' sempre o critério do Estado valendo mais do que o funcionário, a função se sobrepondo ao indivíduo.